

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.700 - SP (2020/0244764-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA**  
**ADVOGADOS : LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA SANTOS KUNTZ -**  
**SP307123**  
**LUIZ CHRISTIANO GOMES DOS REIS KUNTZ - SP049806**  
**AGRAVADO : WILLIAN BARRAGAM**  
**ADVOGADO : JONATAN DOS SANTOS CAMARGO - SP247722**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DANO CAUSADO NO VEÍCULO DO AUTOR QUANDO INICIAVA SUA SAÍDA DA BALSA SANTOSGUARUJÁ EVENTO DANOSO E NEXO CAUSAL SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADOS CONFIGURADA A RESPONSABILIDADE CIVIL DA DERSA DE NATUREZA OBJETIVA (ART 37 § 6 DA CF) PROCEDÊNCIA MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186, 884 e 927 do CC, no que concerne ao dever de indenizar, trazendo os seguintes argumentos:

Inexiste no caso em comento o nexo de causalidade entre a conduta e o dano injusto, além da inexistência da própria conduta imputável, faltando, portanto, os pressupostos da responsabilidade civil e, por consequência, não há o dever de reparar o dano, tendo em vista a ausência de mínima comprovação de que o agente causador do fato danoso tenha concorrido para o dano de forma dolosa ou culposa, em uma de suas três modalidades: negligência, imprudência ou imperícia. O comportamento do agente será reprovado quando se verificar que o mesmo poderia ou deveria ter agido de modo diferente. Não houve qualquer comprovação de que teria ocorrido o dano em razão de qualquer conduta adotada pela DERSA. Pelo contrário, restou evidenciado nestes autos que a única responsável pelo ocorrido é a empresa Internacional Marítima

LTDA, que opera as travessias litorâneas, e possui responsabilidade legal e contratual.

O nexo de causalidade entre eventual conduta da DERSA, seja essa comissiva ou omissiva, e o alegado dano simplesmente não restou comprovado pelo Recorrido que sequer trouxe aos autos documentos que pudessem corroborar com suas alegações, pois o Recorrido sequer trouxe aos autos fotos elucidativas que comprovassem os danos causados em seu veículo.

Inexistindo comprovada ilicitude na conduta da DERSA, não há como responsabilizá-la pelo pagamento de qualquer indenização ao Recorrido, posto que não restou caracterizada sua responsabilidade civil. (fls. 214-215).

Quanto à segunda controvérsia, igualmente, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 944 do CC, no que concerne ao valor da indenização fixada, trazendo os seguintes argumentos:

Para a configuração do prejuízo material era indispensável a cabal demonstração da extensão do dano, por se tratar de requisito imprescindível para a ocorrência do direito a ser indenizado, em nítida negativa de vigência ao artigo 944, do Código Civil, o que efetivamente não ocorreu no caso em tela, mostrando-se inaceitável a condenação ao pagamento de danos materiais no valor de R\$ 9.701,28 (nove mil, setecentos e um reais e vinte e oito centavos) (fl. 215).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, I, do CPC, no que concerne ao ônus prova, trazendo os seguintes argumentos:

Para pleitear o ressarcimento do dano material, a prova da culpa do agente pela vítima é imprescindível, de modo que incumbiria ao Recorrido a demonstração efetiva da prova da culpa da Administração Pública, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

No presente caso, o Recorrido não logrou êxito em comprovar que qualquer ação ou omissão da DERSA ocasionou o acidente narrado. A DERSA, por sua vez, demonstrou efetivamente que inexistente nexo de causalidade entre suas condutas e o dano alegado pela parte Recorrida, bem como que o acidente foi revestido de inevitabilidade e imprevisibilidade, e aconteceria mesmo tomadas todas as precauções.

Ademais, quanto aos documentos trazidos pelo Recorrido, os quais não têm o condão de comprovar os supostos danos alegados, tendo em vista que são orçamentos realizados unilateralmente pelo Recorrido, feitos sem o crivo do contraditório e ampla defesa, logo não prestam à fazer prova do alegado prejuízo, pois em nada se relacionam com o alegado

dano ocasionado na embarcação.

Caso os danos tivessem ocorrido de fato, o Recorrido teria instruído o feito com fotografias das avarias sofridas pelo veículo. Só não o fez porque evidenciaria a desconexão dos danos com os fatos descritos e os orçamentos trazidos pelo Recorrido, restando claro que o Recorrido furtou-se a juntar os documentos necessários para comprovação de qualquer prejuízo material, em nítida afronta ao artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. (fls. 215-216)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira e à terceira controvérsias, decidiu o acórdão recorrido:

Autor trouxe aos autos boletim de ocorrência (fls. 13/14), três orçamentos de oficinas mecânicas apontando a necessidade de uma série de reparos significativos na parte inferior do veículo (fls. 22/24), e cópias de e-mails trocados com ouvidoria da DERSA, nos quais se discute uma solução para o evento danoso (fls. 15/21).

A propósito, é relevante notar que, nessa troca de e-mails, a própria DERSA admite o ocorrido ao informar que o procedimento administrativo estava “em fase final para o ressarcimento” (fl. 18).

Como se vê, o material trazido aos autos confere pleno respaldo à narrativa do autor.

De outra parte, a DERSA, instada (fl. 80), desinteressou-se pela produção de outras provas, limitando-se a imputar a culpa pelo ocorrido à empresa contratada para administrar a travessia litorânea (fls. 83/84).

Ou seja, não se preocupou em produzir prova de qualquer fato impeditivo ou modificativo do direito alegado na exordial. Não requereu, por exemplo, o depoimento de testemunhas ou a realização de prova pericial, a fim de impugnar a ocorrência do dano, a higidez dos orçamentos trazidos pelo autor ou a existência do nexo causal apontado.

Nessa situação, despidiêda a juntada de fotografias do veículo, considerado o conjunto probatório trazido aos autos. Inequívoco ter o autor se desincumbido satisfatoriamente do ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito (art. 373, I do CPC).

Caracterizado, pois, o dever de indenizar.

Ademais, razoável o quantum arbitrado pelo D. Juízo a quo média dos três orçamentos apresentados pelo autor, máxime em razão de a DERSA não ter apresentado, repita-se, qualquer elemento concreto a impugnar referido montante. (fls. 198-199).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Outrossim, já decidiu o STJ que "Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da ocorrência dos danos materiais e morais demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça." (AgRg no AREsp 505.685/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 30/10/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Por fim, a controvérsia esbarra novamente no óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à distribuição do ônus probatório das partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, no que diz respeito ao ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ”. (AgInt no AREsp 1.190.608/PI, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 24/4/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.606.233/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1.060.371/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 17/8/2020; e REsp 1.812.278/CE, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 29/10/2019.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente